



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO
QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO**

CADERNO DE PROVA

Dia: 29 de junho de 2014

Prova: Direito

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.12 do Edital:
É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de Cópia de Respostas, a ser entregue pela equipe de fiscalização.

sustente[®]
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

Texto

Um novo mundo sem desinformação e estagnação

[...]

“Estamos todos compartilhando uma grande quantidade de recursos, informações e estamos literalmente movendo montanhas através dos oceanos para manter nosso sistema ativo. Estamos consumindo o máximo que podemos, e gerando a maior capacidade de produção, porém, o que estamos produzindo?”

Com a capacidade produtiva mental humana, hoje, deveríamos estar transformando o mundo a nossa volta no melhor lugar para se viver. Mas, graças a determinados segmentos da sociedade, estamos assistindo passivamente a crimes em escala avançada. Enquanto valores antigos, que não foram intelectualmente comprovados continuarem servindo como escala na métrica da produção, nossos resultados não irão avançar.”

(*Neurociência, gestão e sociedade*. Revista Internet. Acesso em 09/06/14)

Tendo como reflexão o excerto acima, redija um texto sobre o tema:

“Informação, desenvolvimento tecnológico e o homem, caminhando juntos. Como isso é possível?”

Observações:

- Redigir um texto dissertativo argumentativo;
- Utilizar a variedade linguística formal;
- Escrever em prosa;
- Observar o limite entre 25 e 30 linhas;
- Ser objetivo;
- Não fugir do tema;
- Pôr um título.

REDAÇÃO – RASCUNHO

TÍTULO DA REDAÇÃO:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Aldeia Global

O conceito de aldeia global foi desenvolvido por Marshall McLuhan na década de 60, como forma de explicar os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade contemporânea, no mundo todo. De acordo com sua teoria, a abolição das distâncias e do tempo, bem como a velocidade cada vez maior que ocorreria no processo de comunicação em escala global, nos levaria a um processo de retribalização, onde barreiras culturais, étnicas, geográficas, entre outras, seriam relativizadas, nos levando a uma homogeneização sociocultural. Neste caso, imaginava ele, ações sociais e políticas, por exemplo, poderiam ter início simultaneamente e, em escala global, e as pessoas seriam guiadas por ideais comuns de uma “sociedade mundial”.

Considerando eventos como a invenção da roda e do papel, por exemplo, McLuhan demonstra como a comunicação, e a própria sociedade, foi modificada com os avanços tecnológicos: com o advento do papel a comunicação poderia ser realizada de maneira fiel, bastando ser levada de um lugar a outro. Já o advento da roda permitiu diminuir o tempo necessário para cobrir determinadas distâncias a fim de efetivar uma comunicação.

No entanto, nada se compara ao processo de avanço tecnológico, propiciado pela eletricidade e a eletrônica. Nos tempos em que McLuhan desenvolveu suas teorias ele se referia à televisão e aos satélites, que permitiriam a comunicação muito rápida entre os povos. Alguns intelectuais questionam esta definição de aldeia, pelo fato de a comunicação da televisão, ou do rádio, se dar de forma massiva e autoritária, sendo um emissor para milhões de receptores, e em uma aldeia as informações serem passadas de um para um.

Mas a evolução dos sistemas, da internet e dos celulares, demonstrou a pertinência das ideias de McLuhan, onde a comunicação se dá de forma quase instantânea, entre dois interlocutores, em lugares absolutamente distantes. E com isso também vem ocorrendo certa “padronização da cultura”, onde a cultura ocidental tem prevalecido sobre as demais no estilo de vida da maior parte das nações do mundo, ao mesmo tempo em que diversas culturas consideradas exóticas têm “vindo à tona”, tornando-se, independentemente das relações etnocêntricas, minimamente conhecidas em outras partes do mundo.

(Fonte: www.aboutmarshallmcluhan.wordpress.com/category/aldeia-global/ acesso em 7/06/14)

Texto para as questões de 1 a 5.

Questão 01

Em relação às ideias inseridas no texto.

- I. A evolução da informática veio constatar que as previsões de McLuhan eram falhas.
- II. Neste século, assevera-se que está havendo uma cultura globalizada com a prevalência da cultura ocidental.
- III. Cientistas conseguiram aquilatar que o nome “aldeia global” auferido por McLuhan, encontra-se inadequado para o presente momento.
- IV. Segundo McLuhan, a velocidade no processo de comunicação levaria a um novo processo em que as barreiras geográficas, culturais e étnicas seriam relativizadas, levando o mundo à formação de tribos, daí ter criado o nome retribalização.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

Questão 02

No condizente às afirmações sobre o texto e sobre o pensador comentado, todas as alternativas se encontram corretas, à exceção de uma, identifique-a.

- a) O avanço tecnológico foi incrementado devido às inovações inseridas, no mundo, através do surgimento da eletricidade e da eletrônica.
- b) Segundo o pensador Marshall McLuhan, ações sociais e políticas poderiam ser iniciadas em um mesmo momento em diversos continentes em que as pessoas seriam guiadas por ideais comuns.
- c) McLuhan, sendo um autor contemporâneo se encontra vivenciando a evolução da internet, dos celulares em que, em um átimo, tudo chega ao receptor, advindo de um interlocutor.
- d) Hoje, a comunicação entre dois interlocutores ocorre de maneira quase instantânea, interferindo apenas, para isso, a questão dos fusos horários.
- e) A afirmação de alguns intelectuais, quanto à terminologia empregada por McLuhan, é refutada por a comunicação se dar de forma massiva e autoritária, no caso da TV e do rádio, pois é um emissor para vários receptores.

Questão 03

Considere as afirmações:

- I. Trata-se de um texto expositivo em que há elementos argumentativos importantes.
- II. Pode-se afirmar que o texto em análise apresenta informações sobre a evolução da mídia televisiva e do rádio em substituição à Imprensa escrita.
- III. Os elementos textuais presentes indicam que se trata de um gênero literário em que há predominância de objetividade.

- IV. Existem termos que indiciam haver função de linguagem metalinguística.
- V. Deduz-se do texto que devido à evolução da mídia, estamos vivenciando uma espécie de padronização de cultura.

A única alternativa inadequada é:

- a) Todas estão corretas.
- b) Existe apenas uma com falha.
- c) I, II, IV e V estão corretas.
- d) III se encontra com erro.
- e) I e IV estão sem erro.

Questão 04

A variedade linguística formal exige ortografia, acentuação, pontuação, sintaxe de concordância, de regência e de colocação pronominal perfeitas. Quanto a tais aspectos, existe uma falha no texto concernente à:

- a) Ortografia e acentuação gráfica.
- b) Regência.
- c) Concordância.
- d) Pontuação.
- e) Colocação pronominal.

Questão 05

“O conceito de aldeia global foi desenvolvido por Marshall McLuhan na década de 60, como forma de explicar os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade contemporânea, no mundo todo. De acordo com sua teoria a abolição das distâncias e do tempo, bem como a velocidade cada vez maior que ocorreria no processo de comunicação em escala global, nos levaria a um processo de retribalização, onde barreiras culturais, étnicas, geográficas, entre outras, seriam relativizadas, nos levando a uma homogeneização sociocultural. Neste caso, imaginava ele, ações sociais e políticas, por exemplo, poderiam ter início simultaneamente e em escala global e as

pessoas seriam guiadas por ideais comuns de uma “sociedade mundial”.

Analise as assertivas abaixo sobre o parágrafo em epígrafe.

() A primeira oração do parágrafo possui um sujeito paciente, transformando-a e tornando sujeito agente ficará: “Marshall McLuhan desenvolveu o conceito de aldeia global...”

() No segundo período existe relação semântica de adição, comparação e de restrição.

() Existem formas verbais em um passado completo em relação ao hoje e ainda formas hipotéticas.

() Existe somente uma oração com sujeito paciente.

() Todos os termos do parágrafo por se encontrarem em ordem direta, não possuem exemplo de anástrofe.

Pondo V ou F nas assertivas, a resposta é:

- a) V, F, V, F, V.
- b) V, V, F, F, V.
- c) V, V, V, F, F.
- d) V, F, V, F, F.
- e) V, V, F, V, V.

“Mas a evolução dos sistemas, da internet e dos celulares, demonstrou a pertinência das ideias de McLuhan, onde a comunicação se dá de forma quase instantânea, entre dois interlocutores, em lugares absolutamente distantes. E com isso também vem ocorrendo certa “padronização da cultura”, onde a cultura ocidental tem prevalecido sobre as demais no estilo de vida da maior parte das nações do mundo, ao mesmo tempo em que diversas culturas consideradas exóticas têm “vindo à tona”, tornando-se, independentemente das relações etnocêntricas, minimamente conhecidas em outras partes do mundo.”

Considere para as questões 6 e 7, o parágrafo acima.

Questão 06

() A palavra “comunicação” é pluralizada da mesma maneira que “ ilusão, reunião, bênção, cidadão”.

() Em “...certa padronização da cultura...”, se invertermos a palavra sublinhada, pondo-a após o nome, ela terá valor morfológico e semântico diferente.

() Existe elemento conector com valor relacional de oposição e de adição.

() “...e com isso vem ocorrendo...” e “...vindo à tona...”, os elementos sublinhados possuem regência idêntica aos verbos “ir e chegar”, pois ambos pedem preposição idêntica e são intransitivos.

() Em “...evolução **dos sistemas**...” e “...**pertinência das ideias**...”, os termos destacados possuem idêntica função sintática e classificação morfológica.

Pondo V ou F nos parênteses, você conclui que a alternativa correta é:

- a) F, V, V, V, F.
- b) F, V, V, F, V.
- c) F, V, V, V, V.
- d) F, V, V, F, F.
- e) F, F, F, V, V.

Questão 07

Quanto aos aspectos morfossintáticos e semânticos do parágrafo, existe apenas uma assertiva inadequada, identifique-a.

- a) Caso a perífrase “vindo à tona” fosse substituída por “surgindo”, o valor semântico seria idêntico.
- b) Em “se dá” e “tornando-se” os elementos destacados possuem valor morfológico e sintático igual.
- c) “Vindo” é uma forma verbal que possui tanto o gerúndio quanto o particípio escritos de igual modo.

- d) Em “tornado-se”, haverá falha quanto à variedade formal da língua se a forma pronominal for proclítica.
- e) Em “... as **demais**...” o sentido e a classe gramatical do termo em destaque será diverso do mesmo elemento gráfico em “Você nunca lê **demais**.”

TEXTO 2

[...]

Comunicação social: os novos meios de comunicação reúnem os homens do nosso tempo, como que em mesa redonda, para o convívio fraterno e a ação comum. Na verdade, estes meios suscitam e difundem por toda a parte relações entre homens e promovem o diálogo público e universal. A torrente de informação e opinião, assim movimentada, faz de cada homem um participante no drama, nos problemas e dificuldades do gênero humano, participação que cria, por sua vez, as condições necessárias para a compreensão mútua que conduz ao progresso de todos.

Os meios de comunicação, com seus processos rápidos, vão abatendo barreiras que o espaço e o tempo levantavam entre os homens; apresentam-se, portando, como fatores de proximidade e comunhão - a retribalização defendida por McLuhan. Graças a eles, notícias e conhecimentos de toda a ordem circulam continuamente por toda a terra, permitindo aos homens seguir muito mais ativamente a vida do mundo de hoje. Graças a eles também, novas oportunidades surgem para a divulgação do ensino a todos os níveis; novas oportunidades, sobretudo para a luta contra o analfabetismo e para a instrução elementar ou educação permanente. Os meios de comunicação podem contribuir também para a libertação humana nos países menos desenvolvidos. Estabelecem, e preservam, além disso, maior dignidade entre os homens, de modo que Segundo CABAÇO, a opinião pública é uma opinião expressa

de forma clara ou transmitida, oralmente, a grupos ou coletividades que dispõem de meios de expressão ou inferência amplas que manifestam de forma relativamente coerente para que todas as camadas sociais possam usufruir dos mesmos benefícios culturais e recreativos.

Finalmente enriquecem o espírito, colocando-o em contacto, pelo som e pela imagem, com a realidade concreta, ou dando-lhe possibilidade de viver situações remotas, quanto ao tempo e ao lugar. E quando numa região não existe cultura literária, os cidadãos – conservando sempre o apreço pelos valores e costumes da sua cultura tradicional – terão mais rapidamente ao seu dispor os “benefícios” da sociedade moderna.

(Fonte: www.saber.ac.mz/, acesso em 09/06/14)

Questão 08

Identifique a única asserção que se apresenta contrária ao estipulado no segundo §.

- a) Espaço e tempo eram obstáculos creditados como intransponíveis no sentido de minorar distâncias entre indivíduos.
- b) Notícias e conhecimentos malgrado serem importantes para a humanidade, não são percebidos como imprescindíveis nos meios de comunicação.
- c) O progresso existente, no mundo, é acompanhado mais ativamente pelos homens quando enfocados pelos meios de comunicação.
- d) A divulgação do ensino, a luta contra o analfabetismo são enfoques evidenciados na mídia.
- e) A liberdade dos povos, o altruísmo, a instrução elementar são difundidos pelos meios de comunicação nos países menos desenvolvidos.

Questão 09

Considere as alternativas abaixo:

- I. Na expressão “como que em uma mesa redonda” nos remete à aldeia global do texto 1.
- II. Caso as formas verbais “**suscitam e difundem**” sejam substituídas por “**provocam e disseminam**” há uma dissociação semântica.
- III. Não há necessidade de interação entre os homens, nem de diálogo para que haja resolução de problemas.
- IV. A evolução tecnológica vem propiciando ao homem romper barreiras de tempo e de espaço.
- V. Os meios de comunicação oferecem oportunidade para o crescimento interior, favorecendo um contacto mais profícuo com a realidade exterior.

Estão corretas as assertivas, expostas na alternativa:

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) II, IV e V
- d) I, III e IV.
- e) II, III e V.

Texto 3

[...]

Em um modelo político, econômico e social falido, que espera por um estopim para se autodestruir, o que mais demora é a ingestão e digestão da informação, possivelmente por falta de acesso à mesma dentro do mesmo período de tempo, embora a informação possa navegar para todos os cantos do mundo na mesma velocidade, as pessoas estão despreparadas para receber tais informações e existem centenas de

mecanismos que filtram as informações durante o processo de disseminação.

[...]

(Fonte: www.revistaimternet.com.br/ acesso em 09/06/2014)

Questão 10

Pode-se depreender do excerto que:

- I. Somos bombardeados por informações demais na atualidade, no entanto não temos condições de assimilar.
- II. Os homens recebem as informações, no entanto, estas para serem assimiladas e difundidas demoram e embora recebidas em uma mesma velocidade, eles não se encontram preparados para tal recepção.
- III. As informações recebidas necessitam ser filtradas quando da disseminação, mas isso só sói acontecer quando o cérebro humano se propuser a tal atividade mediante os diversos mecanismos existentes nele.
- IV. “... embora a informação...” o termo sublinhado possui o mesmo valor semântico de: “ainda que, mesmo que, apesar de, não obstante”.

Existe falha apenas na alternativa:

- a) Todas se encontram sem falha.
- b) Nenhuma se encontra correta.
- c) II está correta.
- d) Estão corretas III e IV.
- e) III se encontra sem falha.

PROVA: DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Tem-se no art. 5º, XXXV, CF que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
- b) A criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal se dará através de Lei Federal.
- c) A justiça de paz, remunerada, também poderá ser criada pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados e será composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
- d) Compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondendo sobre a competência e o funcionamento dos

respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

- e) Aos juízes é permitido exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, dedicar-se à atividade político-partidária ou exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, desde que autorizado pelo seu tribunal de origem.

Questão 12

Segundo a Constituição Federal, quem, dentre as alternativas abaixo, NÃO poderá propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade?

- a) O Governador de Estado ou do Distrito Federal; a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b) A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c) O Supremo Tribunal Federal na pessoa de qualquer um dos seus ministros.
- d) O Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) O Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional.

Questão 13

O poder que um Estado possui de fixar normas de comportamento, que devem ser obedecidas por todos os integrantes da sociedade chama-se soberania do Estado. A base do sistema jurídico de uma sociedade está nos princípios que elege e, através deles, o Estado Soberano estabelece diretrizes para a vida social, bem como os direitos e deveres para os membros da sociedade. Nas relações internacionais não é diferente. A República Federativa do Brasil,

nessas relações, rege-se por alguns princípios. Assinale abaixo a alternativa que não contém tais princípios:

- a) A independência nacional; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a concessão de asilo político.
- b) A dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
- c) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos.
- d) A não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz.
- e) A concessão de asilo político; a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Questão 14

Segundo a concepção dos princípios e sua importância em um Estado Soberano, a Constituição Federal tratou de disciplinar regras que impõem limitações ao poder de tributar dos entes federados. Desta forma, dispõe, em seu Art. 150, vedações à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Dentre eles, está disciplinada a Imunidade Recíproca que tem como fundamento:

- a) A proibição de cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- b) A instituição de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

- c) A proibição de instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, entre os entes federados.
- d) A exigência de aumentar tributo sem lei que o estabeleça ou no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- e) A utilização de tributo com efeito de confisco; estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

Questão 15

Identifique dentre as alternativas a seguir aquele em que, segundo a Constituição Federal, não estão elencados bens da União:

- a) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- b) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo; as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; o mar territorial.
- c) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- d) Quaisquer das áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem sob o domínio dos Estados, Municípios ou terceiros.
- e) As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias

marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e à unidade ambiental federal.

e) O servidor será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Questão 16

Segundo o Art. 40 da Constituição Federal, temos: “Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo”. Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência.
- b) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- c) Dentre as hipóteses em que o servidor poderá aposentar-se voluntariamente, está possuir sessenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se mulher.
- d) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 17

Em procedimento habitual de fiscalização, o fisco municipal verificou a inexistência de notas fiscais em determinado estabelecimento comercial. Além disso, o contribuinte não registrou contabilmente as receitas auferidas pela prestação de serviço e nem efetuou o pagamento do tributo devido. Em consequência, foi lavrado auto de infração, notificando-se o contribuinte para a realização do pagamento do débito levantado. Considerando a situação fictícia descrita, assinale a alternativa correta:

- a) O fisco adotou o lançamento por homologação, sempre cabível para o tributo em questão.
- b) O fisco adotou o lançamento misto, cabível para o caso específico.
- c) O lançamento não foi correto, uma vez que a notificação ao contribuinte deveria ter ocorrido antes da lavratura do auto de infração.
- d) O lançamento feito pelo fisco denomina-se “de ofício”, uma vez que foi por ele, sujeito ativo, completamente realizado.
- e) O lançamento realizado é do tipo por declaração, uma vez que o fisco declarou tudo sem a participação do contribuinte.

Questão 18

Determinado ente federado resolve instituir uma taxa pela utilização de serviços públicos. Para que o tributo esteja legalmente respaldado, a utilização desses serviços deve ter como requisitos indispensáveis ser:

- a) Potencial e efetiva.
- b) Indivisível ou Específica.
- c) Específica e potencial.
- d) Específica e divisível.
- e) Efetiva ou potencial.

- a) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- b) Exige-se decretação de ausência para o desaparecimento de alguém, em campanha ou feito prisioneiro, que não seja encontrado até dois anos após o término da guerra.
- c) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- e) A sentença declaratória de ausência e de morte presumida será registrada em registro público.

Questão 19

Determinado contribuinte do ISS – Imposto sobre Serviços deixou de pagar o tributo referente aos exercícios de 2005, 2006 e 2010. Em 2012, recebe a visita do fisco que faz a cobrança do tributo para todos os períodos, constituindo o crédito tributário correspondente. Diante da situação hipotética, assinale a resposta correta:

- a) O fisco agiu corretamente para todos os períodos, pois, sendo tributo lançado por homologação, descaracterizado estará o prazo para prescrição e decadência.
- b) O fisco agiu corretamente para todos os lançamentos, porque a relação jurídica tributária é compulsória, independente de prazo decadencial e prescricional.
- c) O fisco agiu corretamente porque ainda não havia ocorrido a prescrição nem a decadência para nenhum dos períodos.
- d) O fisco agiu incorretamente para o exercício de 2005 e 2006, uma vez que já havia ocorrido a prescrição, a perda do direito de o fisco lançar.
- e) O fisco só poderia ter cobrado o exercício de 2010, uma vez que, para os demais, já havia ocorrido a decadência, modalidade de extinção do crédito tributário.

Questão 21

Andréa fez 17 anos em fevereiro de 2009. Colou grau em curso de ensino médio em março de 2009. Em julho de 2009, casou-se com Cláudio. Em outubro de 2009, foi aprovada em concurso público, iniciando o exercício em emprego público efetivo. Finalmente, com a ajuda dos pais, em dezembro de 2009, abriu uma confeitaria junto com seu esposo.

Para o Direito Civil, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, momento em que a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, no entanto, a cessação da incapacidade civil pode ser antecipada. Para o caso hipotético acima, assinale a alternativa que registra o momento exato desta antecipação:

- a) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo a confeitaria.
- b) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.

DIREITO CIVIL

Questão 20

Sobre a pessoa natural, não se pode afirmar:

- c) A capacidade plena não foi reconhecida em nenhum dos atos porque faltou a autorização dos pais, ato indispensável no processo emancipatório.
- d) No momento em que contraiu matrimônio.
- e) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.

Questão 22

A personalidade civil da pessoa física é uma criação jurídica do Direito para que o indivíduo seja considerado pessoa e, portanto, portador de direitos e obrigações na vida civil. Tal atributo tem início diante do nascimento com vida. Sobre o tema personalidade, assinale abaixo a resposta incorreta:

- a) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome e, sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial. Além disso, o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome.
- d) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- e) Desde que tenha objetivo científico ou altruístico, é válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Uma vez registrada a disposição, não poderá mais ser revogada.

Questão 23

No âmbito do direito, define-se pessoa jurídica como uma entidade portadora de direitos e deveres e que apresenta uma personalidade jurídica. As pessoas jurídicas podem ser de direito público e de direito privado. Grande parte das bases legais relativas às pessoas jurídicas está disposta no Código Civil brasileiro. Com relação ao início da existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, diz o código, em seu art.45, que se dará pela “inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo”. Contudo, a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, pode ser anulada por defeito do ato respectivo. O direito de anular, está sujeito ao prazo:

- a) Prescricional de dois anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- b) Decadencial de cinco anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- c) Prescricional de um ano contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- d) Decadencial de três anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- e) Decadencial de cinco anos contado o prazo do ato de inscrição no respectivo registro.

Questão 24

Bens são as coisas materiais ou imateriais que possuem valor econômico e que podem ser objeto de uma relação jurídica. Como exemplo desses bens pode-se exemplificar:

- I. Os direitos à sucessão aberta.
- II. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- III. Os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

- IV. As energias que tenham valor econômico.
- V. Os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- VI. Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem (imóvel).

- d) O crime, cujos atos de execução foram praticados no território estrangeiro, com o resultado verificado no estrangeiro.
- e) O crime cuja omissão se verificou, no todo ou em parte, em território brasileiro.

Assinale a alternativa que elenca, pela ordem, a correta classificação dos bens acima exemplificados:

- a) I – imóveis; II - móveis; III - fungíveis; IV - móveis; V - consumíveis; VI – imóveis.
- b) I - móveis; II - móveis; III - fungíveis; IV- imóveis; V - imóveis; VI - consumíveis.
- c) I – imóveis; II - móveis; III - consumíveis; IV - móveis; V - fungíveis; VI - imóveis.
- d) I – móveis; II - imóveis; III - fungíveis; IV - imóveis; V - consumíveis; VI - móveis.
- e) I – imóveis; II - fungíveis; III - móveis; IV - imóveis; V - consumíveis; VI - móveis.

DIREITO PENAL

Questão 25

Assinale abaixo a alternativa incorreta: De acordo com o artigo 6º do Código Penal Brasileiro, “Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado”. Isso significa que se considera cometido, no território brasileiro, não só o crime nele consumado ou tentado, mas também:

- a) O crime cuja ação se verificou, no todo ou em parte, em território brasileiro.
- b) A atividade executiva do delito, começada no estrangeiro, prossegue no território brasileiro.
- c) A atividade executiva do crime iniciou no território brasileiro e continua no estrangeiro.

Questão 26

O crime é considerado doloso, quando “o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo” é o que preceitua o artigo 18 do Código Penal Brasileiro. Na primeira parte do dispositivo legal estamos diante do dolo direto, onde o agente realiza a conduta com o fim de obter o resultado. Na segunda parte do mesmo dispositivo de lei refere-se ao dolo eventual, o que significa dizer que:

Sobre o exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O agente quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo o risco de causá-lo.
- b) A possibilidade de ocorrência do resultado não o detém e ele pratica a conduta, consentindo no resultado.
- c) O agente não tem uma vontade dirigida à realização do ato, mas apenas um conhecimento potencial de que o resultado lesivo pode ocorrer.
- d) O agente mesmo na dúvida a respeito de um dos elementos do tipo penal, arrisca-se em concretizá-lo.
- e) O autor tem seriamente como possível a realização do tipo legal se praticar a conduta e se conforma com isso.

Questão 27

“Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”, reza o artigo 327 do Código Penal Brasileiro e, no seu parágrafo primeiro, que “equipara-se a

funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública”.

“Exigir vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela”, caracteriza-se como crime de:

- a) Peculato.
- b) Concussão.
- c) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- d) Corrupção passiva.
- e) Prevaricação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 28

A proibição de greve nos serviços públicos, antes entendida como absoluta, está consideravelmente abrandada, pois a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 37, inciso VII, determina que o direito de greve será exercido “nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Em decorrência disso, entende-se ser o serviço público a forma pela qual o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade, não podendo parar. Diante desta afirmativa, estamos diante do:

- a) Princípio da Moralidade Administrativa.
- b) Princípio da Hierarquia.
- c) Princípio da Impessoalidade.
- d) Princípio da Continuidade.
- e) Princípio da Especialidade.

Questão 29

Entende-se por atos administrativos espécies de atos da administração que, por sua vez, são todo e qualquer ato praticado no exercício da função

administrativa. Para o desempenho de suas funções no organismo Estatal, a Administração Pública dispõe de poderes que lhe asseguram posição de supremacia sobre o particular e, sem os quais, ela não conseguiria atingir os seus fins. Alguns desses poderes ou atos, no Estado de Direito, são limitados pela lei, porém existem outros em que o regramento não atinge todos os aspectos da atuação administrativa, em que a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante de um caso concreto. Nesta última hipótese, estamos diante de um:

- a) Ato de Império.
- b) Ato discricionário.
- c) Ato vinculado.
- d) Ato de gestão.
- e) Ato complexo.

Questão 30

Quando um ato administrativo apresenta defeito irrelevante, quase sempre de forma, não afetando ponderavelmente o interesse público, dada a natureza leve da infringência das normas legais, é considerado um:

- a) Ato nulo.
- b) Ato inexistente.
- c) Ato irregular.
- d) Ato anulável.
- e) Ato revogável.

Questão 31

Considerando os contratos administrativos em sentido estrito, que abrange apenas aqueles acordos em que a administração é parte, sob o regime jurídico publicístico derogatório e exorbitante do direito comum, assinale a alternativa que não pode ser considerada uma característica dos contratos administrativos.

- a) Imutabilidade.
- b) Presença da Administração Pública como Poder Público.
- c) Finalidade pública.
- d) Procedimento legal.
- e) Obediência à forma prescrita em lei.

- a) For despachada ou simplesmente distribuída.
- b) O Ministério Público intervir como Custos Legis.
- c) A parte denunciada da lide.
- d) A competência for absoluta.
- e) O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 32

O artigo 1º do CPC preceitua que “a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional, conforme as disposições que este código estabelece”. Diante desta regra, não podemos afirmar que:

- a) A jurisdição é o poder do Estado de aplicar e realizar o direito de maneira autoritativa com irrevisibilidade externa de seus provimentos.
- b) A jurisdição civil, no Brasil, abarca toda a jurisdição não penal.
- c) A jurisdição é una, porque igualmente uno é o poder do estado de que se serve.
- d) A jurisdição pode ter por desiderato solucionar casos litigiosos ou casos não litigiosos.
- e) A regra é que todas as pessoas que se encontram no território nacional são suscetíveis à jurisdição brasileira, inclusive os diplomatas.

Questão 33

Enquanto que a jurisdição é o poder, a competência é a capacidade de exercer poder outorgada pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional. Determina-se a competência no momento da propositura da ação, a fim de que o processo se desenvolva da maneira mais estável possível. Considera-se proposta a ação, quando:

Questão 34

Proposta a ação perante juízo relativamente incompetente, seja a incompetência territorial ou fixada pelo valor da causa, caberá ao réu, deduzir, no prazo de 15 (quinze) dias, exceção de incompetência; não o fazendo, o juiz incompetente adquire competência para examinar a causa, sanando o defeito inicialmente gerado. Neste caso, estamos diante de:

- a) Competência absoluta.
- b) Competência relativa.
- c) Condições da ação.
- d) Prorrogação da competência.
- e) Julgamento antecipado da lide.

Questão 35

Assim como acontece com qualquer espécie de procedimento, também o procedimento recursal submete-se a pressupostos específicos, necessários para que se possa examinar o mérito do recurso interposto. Marque a alternativa que não pode ser considerada como um pressuposto recursal.

- a) Interesse recursal.
- b) Preparo.
- c) Legitimidade Recursal.
- d) Tempestividade.
- e) Taxatividade.

Questão 36

O artigo 475 do CPC preceitua algumas situações em que a sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal. Estamos diante de qual figura jurídica?

- a) Reexame Necessário.
- b) Eficácia preclusiva da Coisa Julgada.
- c) Liquidação de sentença.
- d) Autorização legal.
- e) Alegações e Defesas.

Questão 37

A utilização do recurso equivocado, em princípio, não deve ser admissível, sob pena de violar-se a taxatividade enumerada em lei, o princípio da unirrecorribilidade e, ainda as regras específicas que disciplinam os recursos. Entretanto, quando não verificada a má fé do recorrente nem erro grosseiro na interposição do recurso, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, devendo os autos ser enviados ao tribunal que competir o julgamento. Neste caso, estamos nos referindo a que princípio recursal?

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio do Duplo grau de jurisdição.
- c) Princípio da Reformatio in pejus.
- d) Princípio da Unirrecorribilidade.
- e) Princípio da Fungibilidade.

Questão 38

As decisões proferidas pelos tribunais são normalmente tomadas por deliberação de colegiados. Nestes, basta que a maioria dos magistrados entenda em determinado sentido para que a orientação prevalente seja adotada como o entendimento a respeito da situação submetida a julgamento. Todavia pode acontecer que o voto vencido, dentro da

estrutura do colegiado, seja realmente o mais ponderado e assim deva prevalecer. Para o fim de submeter o voto vencido à apreciação de um órgão maior, dentro do próprio tribunal, buscando fazê-lo preponderar, qual o recurso utilizado neste caso?

- a) Apelação.
- b) Embargos de Declaração.
- c) Embargos Infringentes.
- d) Recurso Especial.
- e) Recurso Extraordinário.

Questão 39

Os artigos 102, inciso III e 105, também inciso III da Constituição Federal de 1988 tratam respectivamente do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial. Ao contrário dos demais recursos, não se prestam esses recursos constitucionais a exercer juízo sobre o mérito da decisão inquinada, ou seja, através dos recursos Extraordinário e Especial não se aprecia o caso posto ao crivo judicial. O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário têm por finalidade principal assegurar o regime federativo, por meio do controle da aplicação da lei federal e da Constituição ao caso concreto. Diante desta afirmativa, não se pode dizer que:

- a) O cabimento dessas espécies recursais exige a presença, na decisão recorrida, de alguma controvérsia a respeito da aplicação ou da interpretação de lei federal ou de dispositivo da Constituição Federal.
- b) O Recurso Especial não exige que a decisão recorrida seja de tribunal, enquanto que o Recurso Extraordinário não.
- c) A guarda da Lei Maior fica a cargo do Supremo Tribunal Federal e é a ele dirigido o Recurso Extraordinário, que tem por objeto, precisamente, a aferição da correta aplicação e hermenêutica das regras da Constituição Federal.

- d) Ao Superior Tribunal de Justiça, a Constituição Federal reservou a função de guardião da aplicação e da interpretação da Lei Federal. se, isto, do instituto do prequestionamento implícito.
- e) Os recursos especial e extraordinário somente são cabíveis uma vez não existindo mais recurso cabível (apelação, agravo, embargos infringentes etc.) para atacar a decisão.

Questão 40

Sobre a interposição dos Recursos Especial e Extraordinário, pode-se afirmar que:

- a) A fim de que seja cabível o recurso, tanto o Especial como o Extraordinário, é necessário que a questão legal ou constitucional já esteja presente nos autos, tendo sido decidida pelo tribunal, caracterizando-se o prequestionamento da matéria.
- b) Para efeito de prequestionamento, utilizam-se embargos infringentes, para o fito de provocar a manifestação expressa do órgão jurisdicional a quo, a respeito da questão legal ou constitucional controvertida.
- c) Conhecem-se, do Recurso Especial, as causas decididas, em única e última instância, pelos Tribunais regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando a decisão recorrida contrariar expressamente texto constitucional.
- d) Conforme exposto na Constituição Federal de 1988, a demais da ofensa expressa à Constituição, surgimento de fato novo e necessidade de reanálise de provas podem ensejar recurso extraordinário para o STF.
- e) Pode ser considerada pré questionada a matéria recorrida, em Recurso Extraordinário, mesmo que o recorrente não faça uso dos embargos de declaração para tal. Tratando-